

CULTURA DE HISTÓRIA E INDEPENDÊNCIA: DESFILES DE SETE DE SETEMBRO E A CONJUNTURA BRASILEIRA ATUAL (2016-2022)¹



<https://doi.org/10.22533/at.ed.647112526028>

Data de aceite: 24/04/2025

Manuela Bergamin Neves

¹ Esse artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa de iniciação científica feita sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo Pimenta

RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados preliminares de uma investigação acerca das noções que a sociedade brasileira nutre a respeito do processo de independência, por meio da categoria *cultura de história*. Para isso, foi realizada uma análise de vídeos postados no Youtube, que retratam os desfiles cívico-militares do Sete de Setembro nos anos pós-impeachment de Dilma Rousseff, entre 2016 e 2022. O objetivo central foi estabelecer uma relação entre a recuperação e a manipulação de um passado nacional, focado na Independência, e uma simbologia de preceitos morais fortemente atuante no Brasil atual, mapeando discursos, práticas e ideologias colocadas nos desfiles. Nesse sentido, todo este projeto está voltado, em especial, para estabelecer uma relação entre aspectos da cultura de história brasileira apresentados nessas comemorações, e em suas respectivas publicações no Youtube, e manifestações cívicas da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Desfiles cívico-militares, Independência do Brasil, Cultura de história.

INTRODUÇÃO

O tema da Independência é um dos grandes fundadores de uma memória nacional brasileira. De diversas formas, ele permeia toda a sociedade e é tratado desde cedo nas escolas como elemento essencial para a formação básica de crianças e jovens, assim como surge com frequência na mídia, na política e nos espaços públicos em geral. Envolve um conjunto de datas oficiais estabelecidas no calendário cívico brasileiro, que evocam cerimônias de comemoração, feriados e um amplo esforço midiático para promover a comoção pública e a permanente construção de sua memória. Assim, pode-se dizer que interage com o seu entorno através de diversos meios, sendo capaz de despertar noções e representações variadas da história, não necessariamente seguindo o circuito das elaborações acadêmicas¹.

1. PIMENTA, João Paulo, et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. Almanack. Guarulhos, n.08, p.9, 2º semestre de 2014.

Para esta investigação, estamos utilizando a categoria *cultura de história*, tal como definida em uma pesquisa anterior², ou seja: um conjunto de atitudes e valores expressos nas diferentes posturas que uma determinada sociedade mantém em relação a um passado considerado como coletivo. Essa categoria contempla ainda as diferentes maneiras de apropriação e representação de um passado, considerando também desvalorizações, silêncios e interdições como atitudes importantes em relação a ele. Desta forma, no tocante ao tema da independência, buscamos compreender as diferentes maneiras pelas quais ele aparece e se relaciona com a sociedade brasileira, e consideramos os desfiles cívico-militares do Sete de Setembro momentos privilegiados para isso, inclusive em sua elaboração e recepção audiovisual.

Nesse sentido, estamos investigando a articulação entre memória e identidade, sobretudo em seus aspectos nacionais, a fim de colaborar para o entendimento de parte do papel que a história da independência ocupa no imaginário brasileiro atual, bem como a sua importância para a elaboração de uma identidade comum entre a população³. Dessa forma, por mais que apresente elementos de caráter regional, sustentamos que esta *cultura de história* da independência faz parte de um processo de longa duração, típico da constituição das memórias coletivas, apresentando, portanto, forte unidade e estabilidade⁴. Assim, por mais variadas que possam soar as narrativas existentes em torno da história da independência, argumentamos que existe uma visão duradoura, mas não completamente estável, que de certa forma, reafirma interpretações bem consolidadas no imaginário brasileiro⁵. Desejamos examinar estes elementos tentando compreender, inclusive, a sua relação com as produções historiográficas existentes.

Isso posto, os desfiles cívico-militares do Sete de Setembro têm se apresentado como eventos interessantes para essa investigação, uma vez que correspondem a uma das formas de celebração oficial da independência, revelando, portanto, diferentes maneiras pelas quais ela pode ser ritualizada e cultuada ao longo do território. Assim, são, sobretudo, momentos fundamentais para a materialização e atualização de sua memória, compondo também um jogo mais amplo, no que diz respeito às formas de coesão social. Dessa forma, podemos inserir esses desfiles no conjunto de disputas e reinterpretações acerca do passado, que remetem aos esforços pelo controle do tempo e da memória nacional. Um dos pontos centrais para esta pesquisa é observar como as estruturas de tipo nacional, tal como as que se expressam nas comemorações do Sete de Setembro, favorecem a unificação de tratamento do tema da independência ao longo do território.

2. Ibid.

3. LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 7ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

4. PIMENTA, op. cit.

5. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Independência do Brasil: Memória histórica e comemorações*. In: *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

ESTRUTURA DOS DESFILES DO SETE DE SETEMBRO:

Em linhas gerais, observamos que esses desfiles do Sete de Setembro apresentam certa forma de organização comum. Pode-se dizer que expressam uma gramática própria, caracterizada por um certo ordenamento dos corpos apresentados no espaço, que através de gestos padronizados desfilam em grandes locais como ruas, avenidas, praças, parques ou estruturas semifechadas como sambódromos. São grandes eventos, nos quais as Forças Armadas se apresentam para a sociedade, exibindo as suas diferentes repartições e seus instrumentos bélicos, e onde algumas escolas, em geral públicas, apresentam os seus valores e projetos pedagógicos para a comunidade. Correspondem à exibição de instituições portadoras de valores nacionais, dignas, portanto, para celebrações desta pompa. São, neste sentido, verdadeiros “ritos de poder⁶”, de demonstração pública da força militar do Estado brasileiro e do processo de educação cívica de crianças e jovens, tendo o passado da independência, e suas heranças no presente, como elementos centrais.

Nessas cerimônias, os sujeitos que desfilam se apresentam em marchas conjuntas, seguindo uma certa rigidez ao longo de todo o percurso. São festas altamente hierarquizadas, onde a platéia se dispõe às suas margens, enquanto as autoridades locais assistem em posição de destaque, normalmente em palanques. Apresenta-se aos espectadores diversos discursos e valores por meio de símbolos, gestos, e principalmente por cartazes e falas expressas pelos narradores, que constituem a principal voz de intermediação entre o evento e o público. Esses elementos mobilizados, que estão sendo analisados ao longo deste trabalho, contribuem para difusão de preceitos morais e cívicos, além de realizar a manutenção e parcial modificação de uma memória que afirma uma relevância das Forças Armadas para o conjunto nacional brasileiro, bem como a sua capacidade em assegurar uma certa forma de ordenamento social. Dessa maneira, podemos pensar tais comemorações como momentos de introjeção de valores nacionais ao público, favorecendo a difusão de uma certa cultura cívica brasileira.

Vemos estas paradas como formas de ritualização de uma relação de poder cotidiana⁷. Notamos como as suas simbologias contribuem para caracterizar a sociedade como ordeira e hierarquizada, e realizar uma certa encenação do mundo social⁸. Desta maneira, o uso das fardas pelas autoridades militares transmite uma visão corporativa, que expressa a unidade da instituição e apaga as identidades pessoais de seus membros. Elas manifestam simbologias de poder, na medida em que reafirmam a distância existente entre as autoridades militares e a população, expressa pela diferenciação entre evento e público⁹. Além disso, a própria organização dessas paradas militares também pautadas a

6. ORTEMBERG, Pablo. *Rituales del poder en Lima (1735-1828): De la monarquía a la república*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2016.

7. SOUZA, Marcos Felipe Sudré. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. / Marcos Felipe Sudré Souza. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

8. FURTADO, Juliana Ferreira. “Desfilar: a procissão barroca”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 251-279, 1997

9. DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

partir de suas formas de organização internas, reafirmam as hierarquias existentes. Dessa forma, podemos pensá-las como formas de atualização das estruturas de autoridade do presente, situando aqueles que estão em contato com o poder e os que se encontram afastados dele¹⁰. Como será discutido adiante, o uso de fantasias, muito comum nos desfiles escolares, também contribui para reforçar certas estruturas simbólicas, na medida em que muitas vezes acabam reproduzindo estereótipos de gênero e raça, reafirmando uma certa ordem normativa.

Cabe destacar que existe uma certa distinção entre apresentações militares e as escolares na tradição cívica brasileira. Embora praticamente todos os vídeos analisados contenham essas duas faces na mesma cerimônia, normalmente há a predominância de uma delas. Notamos como nestas comemorações, as escolas se apresentam como a instituição responsável pela formação moral e cívica de seus estudantes, se colocando como o verdadeiro espaço de construção da cidadania brasileira¹¹. Dessa forma, o cruzamento entre comemorações cívicas e o calendário escolar, aponta para uma relevância do Sete de Setembro para a fomentação de um tipo de sentimento de pertencimento à nação, e que poderíamos chamar de “patriótico”, mostrando como a escola pode se tornar um meio importante para a perpetuação da memória desta mesma nação. Em geral, não parece haver um rompimento entre o tempo escolar e essas celebrações, que se apresentam como projetos pedagógicos, envolvendo preparos anteriores entre os alunos e professores inseridos na rotina escolar.

A exemplo dos escolares, os desfiles militares também se caracterizam pela fomentação de um sentimento patriótico e pela representação de um certo tipo de cidadania. Correspondem a apresentações mais hierarquizadas do que os escolares, como já dito, pautadas pela própria organização interna da instituição militar. São, em linhas gerais, momentos para se prestar continência às autoridades, onde o público prestigia este ato de veneração ao Exército, a Marinha e a Força Aérea, bem como as forças policiais¹². Correspondem a momentos de demonstração pública de poder militar, neles sendo apresentada a suposta capacidade das Forças Armadas brasileiras em proteger a sua população. Nesse sentido, nota-se como essas paradas estão altamente associadas a discursos sobre segurança pública e a uma atuação militar no cenário internacional. Destaca-se uma exaltação em relação à atuação das Forças Armadas brasileiras em missões de paz organizadas pelas Nações Unidas.

De certa forma, podemos diferenciar esses dois modelos - o escolar e o militar - também pelas formas de relação estabelecidas com o público. Como argumentado por Roberto da Matta ao se referir aos desfiles de tropas no Brasil, as comemorações da independência são caracterizadas por um certo afastamento entre desfile e plateia, que

10. DA MATTA, op. cit.

11. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições nacionais e o rito das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009.

12. DA MATTA, op., cit.

rapidamente se encerra com o final do evento, quando os desfilantes, vestidos em seus uniformes, voltam para suas casas acompanhados dos familiares¹³. Este seria o momento de quebra da estrutura hierárquica das paradas, quando os papéis sociais são novamente reassumidos pelos seus agentes. Nos desfiles escolares, esse distanciamento é interrompido em diversos momentos: vemos estudantes se comunicarem com conhecidos da plateia e notamos casos nos quais jovens, vestindo as suas fantasias, retornam ao público, ao fim de suas apresentações, para assistir o resto do evento. Entre as tropas, há um esforço maior para manter esta rigidez, que inclusive é muitas vezes tema dos comentários do Youtube, por meio de elogios da organização, ou críticas sobre uma suposta falta de postura dos agentes.

UMA MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NOS DESFILES:

Esses desfiles do Sete de Setembro podem ser entendidos como poderosos espaços para a atualização de uma memória coletiva sobre a independência. Como cerimônias oficiais, contribuem para a unificação de um certo imaginário social, que direta ou indiretamente, utiliza-se da história para legitimar certas estruturas de poder. São, em linhas gerais, formas de ritualização do poder estatal, que através da construção de símbolos e de discursos nacionais, estabelecem as bases para a sua legitimação. Dessa maneira, pensá-los como formas de representar o mundo social, significa incluí-los neste campo do poder simbólico¹⁴, fundamental para a manutenção da crença nas autoridades e na elaboração de consensos entre o corpo social. Assim, sendo a independência entendida como marca de fundação da sociedade brasileira, suas comemorações oficiais não só selecionam fatos e eventos da história para se festejar, como também estabelecem as bases para a unificação de seu tratamento entre o território, além de criar um arranjo que provoca reinterpretações dos mesmos¹⁵.

Dessa forma, podemos afirmar que as ritualizações dos desfiles do Sete de Setembro contribuem para formar, ao menos uma parcela, do entendimento que a população brasileira estabelece a respeito da própria história da independência. Em linhas gerais, ela é apresentada por meio de uma concepção militar e heroica, em que notamos uma grande exaltação do papel das tropas armadas para a sua concretização. Em geral, essa imagem aparece através da menção a batalhas e pela aclamação a personagens militares, que parecem compor um leque de referenciais do passado que são constantemente mobilizados nessas cerimônias. Grande parte desta mobilização é feita para nomear ou atribuir origem a batalhões militares, revelando um discurso que, de certa forma, associa o processo de emancipação ao surgimento das Forças Armadas. Assim, acontecimentos, que de certa

13. DA MATTA, op., cit.

14. BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

15. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971).

forma se relacionam com a independência são utilizados como formas de homenagens, o que parece indicar um papel legitimador que esse passado oitocentista exerce para a instituição das Forças Armadas. Vemos associações militares fundadas no nascimento de Duque de Caxias, figura altamente cultuada dentro do exército brasileiro e mantido na memória nacional como um participante ativo das guerras de emancipação,¹⁶ e algumas tropas militares com suas origens associadas à 1808, por uma suposta necessidade de se proteger o palácio do Rio de Janeiro, que então abrigava a família real.

Esta concepção militar da independência é construída em diversos momentos nessas comemorações. Expressões como “o exército junto com a marinha conseguiu manter a nossa integridade”, dita em um desfile de Brasília ou “a saudação foi feita por armas e brasões”, pronunciada em Campo Grande em meio a um poema sobre o “grito da independência”, são algumas das manifestações observadas que dão este tom militarizado para o processo de ruptura com a metrópole. Nota-se como aqui a independência está associada a noções de conquista e de esforço, contribuindo para formar essa imagem de um processo glorioso e bélico, celebrado nestes eventos. As tropas armadas ganham, portanto, destaque nestas narrativas, sendo, de certa forma, eleitas as condutoras do processo. Assim, vemos expressa a concepção de independência resumida a um embate militar, mas de certa forma conduzida por seus agentes de maneira pacífica e controlada, resultando na libertação da nação, onde quase não vemos uma participação popular.

Dessa forma, esses imaginários mobilizados revelam uma dimensão de disputas presentes nestas narrativas da independência, mas de certa forma, prevenidas pela ação das autoridades. Assim, admite-se a existência de variados projetos de emancipação, ou mesmo de esforços contrários a eles, mas esses embates aparecem enquadrados dentro de um suposto controle das Forças Armadas. Os conflitos políticos do período oitocentista aparecem, portanto, de maneira simplificada, através de uma imagem abstrata, que não dá conta de indicar a simultaneidade de projetos e disputas políticas existentes em torno da independência¹⁷. Nesse sentido, o termo *integridade* parece representá-la como um processo de preservação de uma ordem anterior, como se existisse uma unidade que este processo militar foi responsável por assegurar. Dessa maneira, além de apontar para supostas ameaças no que se refere à constituição do estado monárquico brasileiro, essas narrativas desqualificam os demais esforços e projetos políticos existentes no período.

Essa imagem expressa pela concepção de integridade é poderosa, na medida em que dá legitimidade ao processo narrado. Assim, a independência aparece como simbolização da própria garantia da ordem, reforçando a concepção de um processo continuísta, que desqualifica qualquer esforço diferente. Nesse sentido, torna-se relevante destacar que mesmo sendo apresentado através de uma ótica militar e bélica, o processo

16. CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.

17. JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Revista de História das Idéias*, vol 21, 2000.

de independência não parece ser caracterizado por perspectivas que reforcem o seu aspecto violento. Pelo contrário, a própria violência inerente às guerras é amenizada nessas narrativas, o que parece contribuir para abrandar o seu caráter revolucionário. Dessa forma, notamos como, em geral, a independência é apresentada como fruto da ação de uma instituição militar, que garantiu o controle de todo o processo, contendo os excessos e garantindo, com prudência, a sua concretização.

Assim, podemos pensar essas comemorações como formas de celebrar um projeto político, vitorioso ao longo do século XIX, que identificou o “grito do ipiranga” como marco definidor da independência¹⁸. Nesse sentido, além de ocultar as dissidências políticas e identitárias existentes entre províncias e no interior delas no cenário da emancipação¹⁹, estas narrativas escondem que em 1822 ainda não existia um consenso quanto à data de fundação deste novo Estado imperial. O processo de escolha por um marco oficial atravessou as primeiras décadas do século XIX, quando ainda estava-se delineando os contornos básicos e estruturais da nação brasileira. Esse processo, portanto, faz parte de um conjunto mais amplo, no que diz respeito à composição dos atributos nacionais básicos, que envolveram também o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, de instituições, símbolos e memórias²⁰. Nesse sentido, o triunfo do Sete de Setembro na memória nacional frente a outras datas, como o Doze de Outubro, também relevante ao longo do período imperial²¹, indica como o processo de construção de um calendário oficial abrange esse conjunto de disputas sobre o controle do tempo, que ao fundo correspondem a formas de legitimação das estruturas políticas que estão sendo construídas²².

De certa forma, a busca pela legitimidade desse novo Estado nacional passou também pela elaboração de uma auto imagem do processo de independência que afirmou a sua superioridade em relação a acontecimentos semelhantes do período, sobretudo no cenário americano, através de uma suposta capacidade de seus agentes em evitar grandes convulsões sociais²³. Assim, a imagem de entrada do Brasil no cenário das nações “livres” pela ação de “sábios condutores que souberam evitar excessos, tão típicos as histórias de outros povos”²⁴ começou a ser forjada, de maneira paralela à independência, e como forma de legitimar os agentes de poder instituídos a partir dela²⁵. Cecília Helena de Salles Oliveira argumenta que esta história oficial, construída e reforçada ao longo do período oitocentista, foi sendo recuperada pelas gerações de políticos posteriores, tendo inclusive

18. LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memórias da independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História: Representações*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

19. PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 53-82, 2009.

20. PIMENTA, J. P. Nacionalismo(s) en Brasil, siglos XIX-XX: elaboración teórica y síntesis históricas (no prelo).

21. KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, 2010, n.11, pp.52-61.

22. BOSISIO, I. P. D. A religião no calendário oficial. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 105.

23. PIMENTA, João Paulo. op., cit (2009).

24. Ibid., p. 57.

25. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salle. Historiografía y memoria de la independencia. In: PIMENTA, João Paulo (Org.). *Y dejó de ser colonia*. Sílex Ultramar, 2021.

certa influência nos imaginários sobre a independência atualmente²⁶. Dessa maneira, torna-se relevante destacar as relações de poder que marcam a sobrevivência desta memória, sendo esses desfiles do Sete de Setembro, inclusive, um meio para o tal.

A INDEPENDÊNCIA E UMA CULTURA CÍVICA BRASILEIRA:

É importante pontuar que, por mais que o passado constitua o elemento central nestes desfiles, notamos uma parcial - porém às vezes contundente - transposição, no tratamento da independência, para pautas dos dias atuais. Desta forma, por mais que ela seja apropriada a partir de menções a acontecimentos ou personagens envolvidos em seu processo, os seus termos, em geral, são apresentados em diálogo com o presente, contribuindo para compor com uma certa cultura cívica brasileira. Dessa forma, notamos uma grande mobilização de conceitos, cuja elaboração só foi possível a partir da independência, e inclusive, como nos lembra Rodrigo Turin²⁷, que possibilitaram a sua representação enquanto acontecimento histórico, em diversos momentos dessas comemorações. É interessante pensar que esses elementos aparecem muito mais em referência ao presente do que ao passado oitocentista, indicando como esta rede semântica, possível a partir do advento da independência, ainda se faz presente, apresentando uma grande carga simbólica nos dias atuais. Assim, conceitos como *soberania*, *cidadania*, *constituição* e *patriotismo* são evocados constantemente nestas cerimônias, compondo este arcabouço retórico cívico, que contribui para promover a difusão de um sentimento de reconhecimento entre a população.

Como já dito, esses desfiles cívico-militares, correspondem a momentos de celebração da sociedade brasileira, se tornando capazes de forjar sentimentos de pertencimento e de identidade entre os membros da comunidade, portanto, tornando-se espaços interessantes para se pensar a construção e, sobretudo, a manipulação de variações acerca da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, notamos como o uso da independência parece servir a esses propósitos. Expressões como “a independência é constituída a cada dia, com nosso compromisso por uma educação melhor e mais igualdade social”, mobilizada em um cartaz carregado por estudantes em Januária ou em de São Paulo, quando o narrador do evento expressa que: “hoje é um dia especial para nós, homens livres de diversos costumes, protagonistas e coadjuvantes de eventos que traçam o destino da nação”, ou até mesmo, o pedido feito pela narradora de Campo Grande ao apresentar uma reflexão sobre a importância da história da independência do Brasil: “precisamos despertar o interesse dos mais jovens, do orgulho pela pátria e de toda a nossa história”, parecem indicar como, muitas vezes, o tema da independência aparece relacionado à concepções de deveres cívicos, com um forte apelo aos papéis individuais para a construção da nação.

26. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Independência do Brasil: Memória histórica e comemorações. In: *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

27. TURIN, Rodrigo. Os Tempos da Independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, 2020.

Assim, vemos como o passado oitocentista serve para, nos dias atuais, compor com uma certa pedagogia cívica, mobilizada, sobretudo pelos afetos e que contribui para a difusão do sentimento de comunidade entre o seu público. Vemos nesses desfiles, e também em outras formas de celebração de caráter nacional, o uso constante no pronome possessivo *nós/nosso*²⁸ - nossa bandeira, nossa nação, nossa pátria, etc - que criam a ilusão de uma brasilidade inclusiva e compartilhada por todos. No entanto, por mais inclusiva que possa soar, essa “brasilidade” apresenta traços muito específicos de gênero, raça e religiosidade²⁹. Notamos o uso de aparatos discursivos que, a partir desse passado oitocentista, reforçam o imaginário de um certo tipo de “cidadão brasileiro”, que não engloba todo o corpo social existente.

Assim, notamos como essas elaborações em torno da independência corroboram concepções que de certa forma desvalorizam, ou mesmo apagam, a atuação de importantes segmentos da sociedade, como mulheres, indígenas e afrodescendentes, o que diz muito sobre o modelo de cidadania que está sendo reforçado. Essas cerimônias, caracterizadas por realizar certa encenação do mundo social, contando com o uso de fantasias e gesticulações muitas vezes exageradas, como já dito, contribuem para estabelecer os papéis sociais destinados a cada indivíduo, constituindo-se como verdadeiros “ritos de poder” e liturgias³⁰. Desse modo, como argumenta André de Lemos Freixo, podemos pensar essas comemorações da independência em chaves mais próximas ao apagamento do que à recordação, na medida em que reiteram uma lógica normativa da população brasileira que oculta o seu mosaico de pluralidades³¹.

Dessa forma, as mulheres aparecem nesses desfiles de forma secundária, sendo mencionadas em poucas comemorações. Em geral, quase não se vê referência às suas atuações históricas, sendo notado somente um caso: o de Maria Quitéria no desfile de São Paulo em 2018. Aqui, esta personagem foi apresentada através da chave da mulher-exemplo, que foge da normalidade. Assim, as menções às figuras femininas são feitas, no geral, de forma dissociada dos demais, através dessa imagem da mulher batalhadora, que consegue reverter uma posição de inferioridade. Nos demais casos, as mulheres foram apresentadas dentro das Forças Armadas, através de alas separadas e de formas estereotipadas, num certo esforço para performar formas de feminilidade, através de uniformes que contam com sapatos de salto e saias, por exemplo. Em uma apresentação de Manaus, o narrador apresentou o grupamento policial feminino por meio de e adjetivos como *formosas*, *belas* e *delicadas* e em Salvador, podemos ouvir comentários vindos do público a respeito de suas aparências físicas, mas em geral, o discurso predominante é o da sua força e capacidade, simbolizando um modelo de mulher ideal e apresentando um esforço para incluí-la nesses espaços.

28. FREIXO, André de Lemos. Passados privados ou privados do passado? Nostalgia, in-diferença e as comemorações do Sete de Setembro brasileiro. Revista do NUPEM, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 59-80.

29. Ibid.

30. FURTADO, Juliana Ferreira. op., cit.

31. FREIXO, André de Lemos. op., cit.

Os povos originários também aparecem de forma secundária. Em geral, eles são pouco mencionados nestes desfiles, e quando aparecem, normalmente são representados como povos isolados, carentes, ou protetores naturais do meio ambiente. Em duas aparições, notamos uma clara postura do Exército em se colocar como a instituição responsável pela sua proteção e integração: em Manaus, o narrador afirma que o Exército simboliza o braço do Estado que alcança todo o território nacional, alcançado a população mais “internalizada” da Amazônia, e em São Paulo, o narrador revela a função da Marinha em levar saúde a essas populações. Em geral, os indígenas também são apresentados de formas estereotipadas, mas diferente das mulheres, eles não possuem nenhuma ala de representação própria, sendo em alguns casos, representados nos desfiles escolares por meio de fantasias. Assim, normalmente eles aparecem por meio de um discurso que reforça a necessidade de amparo do governo ou que promovem a preservação ambiental, e muitas vezes, são caracterizados como vítimas seculares da ação homem “estrangeiro”. Essa imagem é poderosa, na medida em que imprime um imaginário, que vai além da independência, a respeito dessas populações, lhes atribuindo um papel de passividade e desanexo do conjunto da sociedade, tal como advertiu John Monteiro³².

De certa forma, pode-se dizer que há um apagamento da população afro-descendente nestes desfiles. Notamos menção a este segmento em apenas 3 comemorações. Desses, somente uma foi reservada para refletir a importância da cultura de matriz africana para o conjunto nacional, cuja valorização é, inclusive, prevista na legislação brasileira, através da inclusão no currículo de educação escolar³³. Neste caso, vemos a participação de uma associação civil ligada ao movimento negro, que foi apresentada pelos narradores por um discurso que aponta para essa importância, além de denunciar as desigualdades raciais existentes entre a população brasileira. O tema do racismo aparece em outro desfile, onde vemos a instituição policial de Florianópolis ser apresentada pelo narrador como a responsável pelo seu combate, mas o que predomina nas demais celebrações é o silenciamento em relação a esta temática. Não observamos nenhum caso que menciona que este Estado celebrado surge ancorado com a manutenção do escravismo³⁴, sendo que a única menção a escravidão localizada em Bom Jesus, onde o narrador apresenta ao público a Lei Áurea, “assinada pela Princesa Isabel, que libertou definitivamente os escravos” e neste momento, notamos também a composição da cena com estudantes fantasiados de escravizados.

32. MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: *A Outra margem do Ocidente*, p. 273-249.

33. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

34. MARQUESE, R. B. Governo dos escravos e ordem nacional. In: Jancsó, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003, p. 251-265.

A INDEPENDÊNCIA E A CONJUNTURA ATUAL:

De certa maneira, podemos afirmar que encontramos poucas manifestações de cunho ideológicos explícitos nas paradas analisadas³⁵. Assim, à exceção do desfile de Brasília (2022), que iremos apresentar em seguida, notamos somente três casos que estabeleçam algum tipo de relação entre as comemorações do Sete de Setembro e a conjuntura política vigente, sendo possível pensar essas cerimônias como espaços que se propõem neutros nesse sentido. Uma das manifestações neste teor foi na cidade de Januária (2017), onde um tenente entrevistado menciona o “clima de instabilidade política”, possivelmente se referindo a ruptura a ordem institucional promovida pelo impeachment de Dilma Rousseff de 2016³⁶. Nos outros casos, em Xique-Xique (2019) e em Bom Jesus (2016), vemos apresentações escolares organizadas em torno da encenação de acontecimentos considerados importantes da história do Brasil. Na primeira delas, notamos a mobilização de cartazes tecendo críticas aos cortes na área de educação e outro propondo uma reflexão acerca da legitimidade do impeachment. Já no segundo, apresenta-se uma recapitulação dos governos de Lula e Dilma, no qual o narrador destaca alguns dos programas sociais criados, apontando ambos como momentos de mudanças sociais na realidade brasileira, mas acusando-os também de serem governos marcados pela corrupção.

Notamos que o desfile no ano de comemoração do Bicentenário da Independência em Brasília apresentou elementos que contrastam com os demais vídeos analisados. Vemos aqui a manifestação de pautas políticas relacionadas diretamente ao presidente da época Jair Bolsonaro, sendo esta cerimônia, de certa maneira, vinculada a discursos ideológicos comumente expressos por grupos de extrema direita no Brasil³⁷. Este evento foi aberto com a passagem de tratores nas cores verde e amarelo, em alusão à bandeira nacional, que foram apresentados pelos narradores por meio de um discurso que destacou a importância do agronegócio para a sociedade brasileira. Observamos também a apresentação de um sistema de ensino domiciliar, na defesa de uma educação seguindo os valores cristãos, e no final do evento, Jair Bolsonaro segura um faixa com a frase “Brasil sem aborto, Brasil sem drogas”. Essas manifestações parecem expressar o vínculo entre o ultraliberalismo econômico e pautas conservadoras³⁸, que parecem orbitar a figura de Jair Bolsonaro naquele momento.

Como dito, notamos que em geral, o discurso oficial destes desfiles não parece estar atrelado a falas relacionadas diretamente a pautas políticas. No entanto, esse diálogo é estabelecido de maneira expressiva através dos espectadores - da plateia, mas principalmente por meio dos comentários postados no Youtube. Identificamos dois casos

35. Essa característica será trabalhada com maior profundidade nas etapas que se seguirão desta pesquisa, sendo até agora reunidas apenas impressões a esse respeito.

36. SOLANO, Esther. “Crise da Democracia e extremismos de direita”. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018.

37. ROCHA, Camila. *‘Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

38. ROCHA, Camila. op., cit.

em que é possível ouvir gritos vindos da arquibancada pedindo a “intervenção militar”. Além disso, no desfile de Brasília em 2022, observamos uma faixa erguida por um grupo da plateia aclamando o “voto impresso” e gritos da platéia em coro: “a nossa bandeira jamais será vermelha”.

Já nos comentários, essa mobilização é expressiva. Muitos são publicados em anos posteriores à postagem do vídeo, normalmente em datas próximas ao Sete de Setembro, o que parece indicar uma volta a esses conteúdos nesse período. Normalmente são de exaltações as Forças Armadas, de eleitores de Jair Bolsonaro e com caráter religiosos.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições nacionais e o rito das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009.

BOSISIO, I. P. D. A religião no calendário oficial. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 105.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CATROGA, Fernando. Nação, Mito e Rito. Religiosidade Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições Nudoc/Museu do Ceará, 2005, pp. 19-20.

CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREIXO, André de Lemos. Passados privados ou privados do passado? Nostalgia, in-diferença e as comemorações do Sete de Setembro brasileiro. *Revista do NUPEM*, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 59-80.

FURTADO, Juliana Ferreira. “Desfilar: a procissão barroca”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 251-279, 1997

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Revista de História das Idéias*, vol 21, 2000.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, 2010, n.11, pp.52-61.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memórias da independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História: Representações*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

MARQUESE, R. B. Governo dos escravos e ordem nacional. In: Jancsó, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003, p. 251-265.

MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: A Outra margem do Ocidente, p. 273-249.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salle. Historiografía y memoria de la independencia. In: PIMENTA, João Paulo (Org.). *Y dejó de ser colonia*. Sílex Ultramar, 2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Independência do Brasil: Memória histórica e comemorações. In: *Ideias em confronto: Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

ORTEMBERG, Pablo. Rituales del poder en Lima (1735-1828): De la monarquía a la república. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2016.

PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 53–82, 2009.

PIMENTA, J. P. G. et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*. Guarulhos, n.08, p.9, 2º semestre de 2014.

PIMENTA, J. P.; CASTRO, S. V. Usos da História no Golpe de 2016: uma armadilha dos tempos históricos no Brasil atual. In: LEONÍDIO, Adalmir; ALMEIDA, Antônio; ANDRADE, Everaldo de Oliveira, et al. (orgs.). *2016 golpe e democracia no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2020.

PIMENTA, J. P. Nacionalismo(s) en Brasil, siglos XIX-XX: elaboración teórica y síntesis históricas (no prelo).

ROCHA, Camila. *‘Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SMITH, Anthony D. *Chosen Peoples: Sacred Sources of Nation Identity*. Oxford University Press, 2004.

SOLANO, Esther. “Crise da Democracia e extremismos de direita”. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. / Marcos Felipe Sudré Souza. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

TURIN, Rodrigo. Os Tempos da Independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, 2020